



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

P A R E C E R

Vem para análise e parecer desta Comissão, o Projeto de Resolução nº 9/2021, de autoria das Vereadores Protetora Carol Dedonatti, Anice Gazzaoui e outros, que "Dispõe sobre a criação da Procuradoria da Mulher no âmbito do Poder Legislativo do Município de Foz do Iguaçu, e dá outras providências".

A Matéria foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

"...

A presente consulta objetiva exame técnico de projeto de resolução que pretende criar e regulamentar organismo vinculado à estrutura da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, ora denominado Procuradoria de Mulher.

O novo organismo, (...) seria dotado de independência, não se vincularia e não se subordinaria a nenhum outro organismo desta Casa. Para o desempenho de suas ações o novo organismo poderia se utilizar da estrutura administrativa da casa, incluindo o assessoramento pela procuradoria jurídica.

...

(...) percebe-se que o objeto do expediente se relaciona ao tema da organização administrativa, questão que, no entendimento deste departamento técnico, não possui indicação explícita quanto à legitimidade para proposição legislativa, muito embora o texto do Regimento Interno desta casa fale que a mesa diretora seja competente para a função de direção, disciplina e trabalhos legislativos, enquanto que o cargo da presidência seria responsável pela direção, execução, disciplina dos trabalhos legislativos e administrativos da câmara (art.17, § único,

Plu *pl*



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

inciso II), assim como também ficaria responsável pela superintendência dos serviços administrativos (art.17, § único, inciso XXVIII).

Em suma, a propositura contida no expediente visa criar e regulamentar organismo administrativo interno à câmara municipal, questão que o Regimento Interno desta casa não traça explícita competência para tanto.

Na falta de legislação específica sobre a questão, entende este departamento adequada a legitimidade das dignas autoras para o conteúdo proposto.

...

Tecnicamente, a proposta se mostra possível. O poder legislativo possui reconhecida função de auto-gestão de seus interesses, o que se manifesta claramente no texto do artigo 2º e §4º, do Regimento Interno da casa (...)

...

Deve ser destacado que o organismo reivindicado pelas autoras não possuirá natureza meramente interna, mas se constituirá de função marcadamente política, o que condiz com a natureza do próprio organismo legislativo ao qual se vincula.

...

No mais, pondera-se que a proposição contém contornos gerais de legalidade, o que conduz este departamento pela possibilidade da sua tramitação regular.

...

Isto posto, conclui-se a digna relatoria, que o presente Projeto de Resolução nº 9/2021, que propõe a criação e regulamentação de organismo interno denominado Procuradoria da Mulher (...) no âmbito exclusivo da Câmara Municipal de Foz do

Handwritten signature and initials in blue ink.



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Iguaçu, se mostra em condições legais para tramitação, eis que atende a legislação pertinente, em especial o artigo 17, § único e incisos II e XXVIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

..."

A Matéria foi objeto de análise pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, através do Parecer nº 46/2022, concluindo que não há óbices à constituição deste órgão, já que não cria cargos, funções, aumento ou instituições de vantagens, remuneração, nem aumento de despesa com pessoal ou corrente.

Assim, após a análise da Matéria e em vista das considerações apresentadas, esta Comissão se manifesta favorável à aprovação do Projeto de Resolução nº 9/2021.

Sala das Comissões, 7 de março de 2022.

Edivaldo Alcântara
Vice-Presidente /Relator

Anice Gazzaoui
Presidente

/DV

Alex Meyer
Membro